

**O DESAFIO DA HISTÓRIA PÚBLICA A PARTIR DO MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA: UM
ESPAÇO DE INQUIETAÇÕES**

RAQUEL CRISTINA COELHO¹
Mestranda ProfHistória - UFF (Bolsista CAPES)
quelccoelho@gmail.com

1. Introdução

O que é História Pública? Deveria ser fácil transformar um semestre da disciplina História Pública, ministrada no ProfHistória, em um artigo, entretanto, relendo os textos da disciplina optei por começar este artigo com algumas confissões, ou seja, expondo algumas angústias e barreiras que encontrei no decorrer do trabalho e da pesquisa na área de História, mas precisamente em história pública. As angústias podem também ser encaradas como as inquietações ou desafios, já as barreiras são decorrentes da quebra de rótulos e estão relacionadas com o próprio ofício de ser professor / historiador.

A primeira confissão / barreira é que até iniciar a ProfHistória eu não fazia ideia do que seria História Pública e muito menos que seria tão difícil compreendê-la. Passei longos anos de minha prática como professora pensando no papel do professor em sala de aula, no princípio como alfabetizadora e depois em 2013 como professora de História recém formada. Passei por muitos debates nas salas de professores, nos cursos de formação e também na universidade que sempre me deixaram inquieta, preocupada com os rumos que a educação nacional estava tomando, pois uma fala recorrente em todos os locais era de como é difícil essa relação entre a teoria e prática, portanto com o tempo comecei a perceber que esta relação diz mais a respeito da formação universitária, das pesquisas acadêmicas e sua interação com os professores em sala de aula. Preciso destacar que sou uma professora formada no século passado, em meados dos anos 90 (essa confissão não foi proposital), mas creio que ajude no debate, entretanto em momento algum a ideia de história pública esteve presente.

¹ Mestranda em Ensino de História pelo ProfHistória, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. Professora da Educação Básica no município de Petrópolis / RJ. E-mail: quelccoelho@gmail.com

A segunda confissão faz parte da minha formação na Licenciatura em História, mas precisamente na disciplina História e Historiografia (ministrada no 1º período da graduação) que me apresentou Marc Bloch e me fez olhar com desconfiança para alguns acadêmicos ou historiadores, como se queira denominar. Marc Bloch me chama atenção por esse pensamento "Mas o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador." (BLOCH, 2001, p. 66), fiquei e ainda fico intrigada com essas palavras, mas precisamente como a questão do "não tem o gosto de olhar ao seu redor", pois esse "ao redor" vislumbra uma gama de possibilidades não só para o historiador, mas também para o professor e creio que essa mesma visão possa ser aplicada a História Pública, pois há uma interação entre diversos setores, onde fica nítido que existe também uma disputa por espaços que estão diretamente ligados à tecnologia, a difusão do conhecimento histórico, tentarei expor esse meu raciocínio mais adiante, pois ainda falta uma confissão.

A terceira confissão na verdade é um incômodo deixado por Keith Jenkins e sua ideia de que:

O passado sempre foi e sempre irá com qualquer um, sem sombra de ciúme nem pitada de fidelidade permanente a uma determinada pessoa: hagiógrafos, antiquários, profissionais, marxistas, annalistas, estruturalistas, fascistas, feministas, neorrankeanos pragmáticos - qualquer um pode tê-lo. (JENKINS, 2014, p. 21)

Quando penso na questão de que o passado não é fiel ou não é um território de posse somente dos historiadores ou dos professores de História, rapidamente penso nas questões que emergem no tempo presente em nossa sociedade brasileira e no mundo, penso nas diferentes narrativas, não só dentro dos debates históricos, mas também nos embates atuais no campo da biologia, da geografia, da ética, da teologia entre outros e vejo o passado sendo objeto de disputa, sendo narrado de diversas formas e por grupos distintos, cada qual tentando fazer com que suas "verdades" sejam aceitas, estamos cercados de informações, mas ainda falta conhecimento.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é tentar demonstrar que essas confissões / angustias / barreiras serviram de base para o trabalho de leitura e pesquisa que tentei desenvolver ao longo do segundo semestre do mestrado, um misto de dúvidas, angustias

e a busca por possíveis respostas, tudo porém sem pretender uma resposta fechada, ou seja, uma verdade absoluta, só a abertura de mais um campo de pesquisa, o da História Pública que, ao meu ver, é muito rico e cheio de possibilidades para um debate sobre a história do tempo presente e a prática profissional do professor / historiador.

2. A confissão / barreira: o que é história pública?

Partindo de tal questionamento a primeira busca é por uma definição. Creio que seja o efeito decorrente de nossa formação que nos leva a busca por uma definição conceitual, essa definição é inerente de um ambiente de debate acadêmico e teórico, mas como coloca Santhiago não há uma definição:

A imprecisão conceitual que paira sobre a história pública tem sido julgada com pesos distintos. Entre a diferença dos que a consideram um arremedo pragmatista de debates sobre os usos do passado ou sobre a cultura histórica e a voracidade dos que aderem ao seu caráter aplicado como derradeira oportunidade de redenção e justificação social da disciplina, a rubrica tem aberto possibilidades de interlocuções estimulantes. Tem funcionado como um denominador comum para indivíduos que compartilham o impulso de publicizar conhecimento histórico, de adotar modelos participativos de construção de saber, ou de reconhecer a legitimidade discursiva de agentes que questionam de forma cada vez mais sonora e inventiva qualquer tipo de monopólio do passado. (SANTHIAGO, 2018, p. 288)

Partindo do conceito para a forma como se tem visto a história pública podemos observá-la como um campo interdisciplinar e multidisciplinar que vem sendo ampliado. Um campo que permite a inserção de diversos pesquisadores nem sempre oriundos da história, o que acaba gerando polêmica, pois abala as estruturas do "saber historiográfico" tão preso as universidades e as suas pesquisas, muitas vezes, ligadas a um grupo restrito de historiadores.

Em meio a todo esse debate é preciso compreender como surgiu o campo de História Pública. Foi durante a década de 1970, nos Estados Unidos, e esteve atrelado a uma necessidade de trabalho para os historiadores, ou seja, a questão era o mercado de trabalho, a atuação do profissional de história, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a escassez de vagas, foi nesse contexto que a história pública foi constituída como um campo de trabalho que não ficasse restrito somente à Academia, mas também disponível para trabalhos com empresas privadas e governamentais, ou seja, um campo de atuação e empregabilidade.

Liddington nos revela esse pensamento através da fala de Kelley, um historiador do meio ambiente, "A história pública refere-se ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia (...) Historiadores públicos estão a trabalho sempre que, dentro de suas qualificações profissionais, são parte de um processo público" (LIDDINGTON, 2011, p. 34). Mas seria uma nova forma de fazer história? Seria algo novo ao ponto de desestabilizar as estruturas acadêmicas? Ao meu ver, não é algo novo essa questão de publicizar a história, vide os *Annales*, porém a questão de torná-la uma categoria de formação e empregabilidade a torna diferente, nova, pois nos Estados Unidos há uma forte tendência para separá-la da acadêmica e objetivá-la como uma categoria de trabalho para aqueles formados em história pública.

Revedo alguns textos da graduação e mesmo outros que conheci durante a minha formação acadêmica é possível relacionar a história pública com a aplicação e difusão das pesquisas acadêmicas. É o momento de interação, de reavivamento como coloca Henri Rousso, "[...] um reavivamento do interesse pela história, expresso no que ele chama de 'demandas sociais' ". (ROUSSO, 1984, *apud* FAGUNDES, 2017, p. 3019). E é esse olhar para o reavivamento das "demandas sociais" que nos leva a pensar sobre a atuação da pesquisa histórica no tempo presente. Apesar de todo o debate e o aparente enfrentamento que se dá para reconhecer a credibilidade da história pública como um campo novo na maneira de "fazer história" Liddington nos sinaliza que a História pública é "o novo nome para a história mais velha de todas" (LIDDINGTON, 2011, p. 34), ela só nos oferece um olhar e uma atuação que como coloca Santhiago² implica em novos postos de trabalhos, reconhecimento e novas instâncias de poder.

Contudo o exercício de pensar sobre o tema nos leva a refletir sobre nossas práticas acadêmicas, nossas pesquisas e na nossa atuação profissional e nesse aspecto há um diálogo direto com a proposta do ProfHistória. É necessário destacar que a concepção de história pública no Brasil difere da forma como ela se apresenta nos Estados Unidos como coloca Santhiago em sua entrevista³, pois lá a história pública "[...] se apresenta como uma disciplina um tanto quanto apartada da disciplina histórica,

² SOARES, Fagno da Silva. A História Pública no Brasil entre práticas e reflexões: a oficina historiográfica de Ricardo Santiago entre a história oral e a história pública. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 2, p. 569-585, abr./jun. 2017. Entrevista disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3509>. Acesso em: 25 de jan. 2019.

³ Idem.

sobre tudo em função da necessidade de preservação desse espaço institucional". Esse distanciamento pode ser visto como um problema, porém esse distanciamento não é adotado por todos os historiadores o que permite a criação de novas possibilidades.

Liddington em seu texto "*O que é História Pública? Os públicos e seus passados*" não só fala da atuação da história pública nos Estados Unidos, mas também nos traz o exemplo australiano, um exemplo que vai além do objetivo de formar para um mercado de trabalho, que se coloca como algo que, como a autora expõe, é "inspirador" ou uma "história pública em estilo australiano" onde:

[...] a história pública engajou-se tanto politicamente quanto na prática, lutando em batalhas comunitárias - mais controvertidamente como 'historiadores da linha de frente' em Sidney, entrando no tribunal, subindo sem medo no banco das testemunhas, submetendo-se a ardilosos interrogatórios pelos conselhos da cidade, para defender e preservar subúrbios industriais da classe trabalhadora tradicional - literalmente, na linha de frente. (LIDDINGTON, 2011, p. 38)

Marc Bloch dizia que "Não nos temos atrevido a ser, em praça pública, a voz que clama no deserto...Temos preferido encerrar-nos na quietude dos escritórios... À grande maioria não resta mais do que o direito de dizer que somos bons operários. Mas fomos também bons cidadãos?" (BLOCH, 1990. p. 204-205 *apud* Josep Fontana, 2004, p. 471 - 472) creio que o "estilo australiano" é a consolidação do desejo de Bloch, de uma geração de historiadores que colocam o seu trabalho, sua pesquisa em "praça pública" a serviço dos anseios de seu tempo. E vejo que nesse ponto a minha segunda confissão começa a vislumbrar o ofício de um historiador, o de estar atento ao seu tempo, as demandas sociais e as questões que surgem dentro e fora do meio institucional, das universidades, pois é a maneira de dialogar com a História, não dentro de uma concepção estática, mas de uma maneira dinâmica.

Mesmo que a história pública tenha sido a consequência de uma falta de espaço para a colocação dos recém-formados no mercado de trabalho dos Estados Unidos dos anos 70, do século XX, onde os campos eram: o acadêmico e a docência, ela hoje está dando espaço a interação e divulgação das pesquisas por meio de encontros, seminários, congressos no que há uma noção de "rede", mas é necessário salientar que devemos estar atentos às diferentes perspectivas sobre história pública, em alguns países ainda sob o modelo estadunidense e outros com o foco no patrimônio, memória e outros campos de atuação, como é algo recente no Brasil ela ainda está se configurando,

criando espaços, tecendo novos debates não só acadêmicos, mas preocupados com os cursos de formação e com a divulgação.

3. Segunda confissão: a formação.

Quando se trata de pensar a formação o que vejo junto aos meus colegas de mestrado é que muitos não haviam, assim como eu, estudado o que seria História Pública. Nesse sentido, ao ver que a entrada de um curso com perfil técnico no Brasil data de 2011 na Universidade de São Paulo com o Curso de Introdução à História Pública, nos ajuda a entender esse desconhecimento sobre o tema, pois se trata de uma área de atuação recente, mas que está em expansão⁴. Em decorrência deste curso Ferreira coloca que:

Este curso proporcionou o I Simpósio Internacional de História Pública, ocorrido no ano seguinte, na mesma universidade. A articulação de pesquisadores de várias áreas, com predomínio de historiadores, viabilizou a Rede Brasileira de História Pública (RBHP, 2013). Desde então, bianualmente são realizadas edições internacionais do simpósio: UFF (Niterói / RJ, 2014); URCA (Crato / CE, 2016); USP - Leste (São Pulo / SP, 2018) - sendo este uma realização conjunta com a 5ª Conferência da Federação Internacional de História Pública (5ª IFPH). (FERREIRA, 2018, p. 30)

Dentro desse panorama fica claro a ampliação dos debates acerca do que é História Pública e seu campo de atuação, mas ao mesmo tempo nos faz pensar que ela ainda não é conhecida e divulgada nos cursos de graduação, nos levando a concluir que as disputas de espaço e de poder, ou seja, a disputa pelo passado, faz com que a história pública ainda tenha que se consolidar como uma prática aceita pela academia. A quem pertence o passado? Keith Jenkins nos diz que o passado vai com quem estiver disposto a pesquisá-lo, pois o passado "vai com qualquer um" e esse tipo de afirmação quebra o monopólio acadêmico e causa insegurança. E a história pública traz consigo essa ideia

⁴ O Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão, está prestes a começar o seu primeiro processo seletivo de mestrado acadêmico. Há [duas linhas de pesquisa](#): “Saberes e Linguagens” e “Memórias e Espaços”, cada uma com [seis professores permanentes](#) e [dois colaboradores](#). Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/mestrado-em-historia-publica/> Acesso em: 03 de jan. 2019.

de trabalho colaborativo, de parcerias e a possibilidade de inserção de pessoas oriundas de outras áreas de formação.

A pergunta que fica é a seguinte: A História Pública pode ajudar na prática profissional não só do historiador (o acadêmico), mas também daqueles que atuam na docência? Partindo deste questionamento penso que sim, pois a história pública desempenha bem a ideia que nós docentes temos sobre a prática, ou seja, a maneira como trazemos para sala de aula os temas que são discutidos e pensados na academia. Sendo assim, cada vez mais nos deparamos com novas tecnologias, com a força da internet, não só no campo da pesquisa (conteúdos virtuais de bibliotecas, visitas a museus entre outras possibilidades) ou entretenimento, como também a divulgação de conteúdos históricos, não só por pessoas com formação em história, como também por pessoas sem formação na área ou mesmo sem formação alguma. Neste caso temos uma "arena", um local de embate entre a historiografia e outras narrativas sobre a história, algumas delas ficcionais, perigosas, mas que exercem fascínio nos jovens pela linguagem acessível, pelo apelo da imagem, ou mesmo por ter um suporte humorístico, porém tendencioso⁵.

Outros campos como o do cinema, das séries de TV também atraem os estudantes abrindo margem para novos debates. Não posso esquecer de incluir aqui a literatura, os quadrinhos, os jogos, entre outros como um universo de possibilidades de "fazer história", de trazer a pesquisa para o público, são tecnologias que vão além do livro didático e da aula expositiva.

Todos esses avanços acabam abrindo novos caminhos e possibilidades para os professores, ao mesmo tempo que trazem consigo novos desafios. Marieta de Moraes Ferreira coloca que:

[...] é o professor de história que atua em função da 'publicização' da disciplina. Assim esse agente é o responsável por traduzir o conhecimento acadêmico da área e, com o auxílio do livro didático, estabelecer os parâmetros básicos do que se entende por história, visando um público geral em formação. (FERREIRA, 2018, p. 49)

Temos então, o professor / historiador exercendo o seu papel de historiador público.

⁵ Apesar do trabalho desses "guias politicamente incorretos" não tratarem a história com o rigor que a pesquisa exige, apesar do título exibir o tipo de "literatura" que será apresentada podemos ver muitos jovens interessados pela leitura.

É neste ponto que retomo a 2ª confissão que me faz pensar na perspectiva que a graduação em história nos apresenta: um futuro como pesquisador, fechado em um gabinete entre arquivos, documentos e livros produzindo para os seus pares. Uma clara oposição a docência, ao ensino, pois fica claro que a licenciatura é vista como algo menor e esse olhar é tão contraditório, pois é no exercício da docência que podemos por em prática nossos conhecimentos históricos. Portanto, é impossível fazer a associação com o pensamento de Marc Bloch, aquele pensamento citado na introdução, que nos revela a dicotomia entre pesquisa acadêmica e o ensino de história.

É um debate tenso, pois ao mesmo tempo em que travamos batalhas internas entre teoria e prática, estamos juntos pelo reconhecimento da profissão do historiador no Brasil, como sendo algo que possa vir a acrescentar uma força maior à pesquisa histórica e ao papel do pesquisador e também do professor, pois como coloca Benito:

Os historiadores e historiadoras, por sua vez, não possuem um espaço de atuação garantido e, muitas vezes, ou não encontram postos específicos, ou precisam atuar desprotegidos em termos legais, sem verem seus conhecimentos específicos reconhecidos, seguidamente apenas chancelando, sem poder se opor, narrativas oficiais sobre o passado construídas por gestores ou outros profissionais, como publicitários e jornalistas. (SCHMIDT, 2018, p. 22)

A regulamentação dialoga diretamente com a preocupação em empregar os historiadores, em definir espaços em concursos específicos bem ao molde do que foi o começo da história pública nos Estados Unidos, uma busca por espaço de atuação, por trabalho, por mercado.

4. Terceira confissão: a possibilidade de múltiplas parcerias.

Partindo da questão da regulamentação da profissão e pensando na disputa entre o saber acadêmico e a prática docente e o quanto a história pública engloba todos esses aspectos e possibilita novas reflexões sobre a nossa prática, a nossa formação e o quanto podemos dialogar com outras áreas do conhecimento, e com outros profissionais não há como deixar de lado o papel do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

Em uma primeira análise podemos observar o crescente interesse pela qualificação. Porém a estrutura de formação dos professores repensa o papel do profissional em sala de aula, não só como alguém responsável pela transmissão de conteúdos, mas como um "intelectual público", segundo Rodrigo Ferreira e Fernando Penna⁶, um profissional "[...] que desenvolve práticas de história pública" (FERREIRA, 2018, p. 32). Essas práticas não partem somente do professor para o aluno, mas trabalham com a concepção de autoridade compartilhada entre professores e alunos, onde os estudantes têm a possibilidade de contribuir com seus saberes. É uma interação que transforma a prática docente, mas sem deixar de lado a teoria e rigor da pesquisa, tal interação ocorre no ProfHistória que tem na construção do PRODUTO o objetivo final do curso, ou seja, é aplicação e apresentação do resultado da pesquisa. O objetivo é ter um "produto" que possa ser incorporado a prática docente ajudando no ensino de história.

O resultado dos trabalhos do ProfHistória já estão sendo analisados, como coloca Marieta de Moraes Ferreira em seu artigo "*Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e história pública?*"⁷ que em 54% dos trabalhos do ProfHistória há uma diversidade de produtos: exposição, *podcast*, aplicativos, *website* e blog, audiovisual, jogos, oficinas e material didático, sendo que algumas práticas estão vinculadas com outras áreas, com outras linguagens como o cinema, a linguagem digital, as artes plásticas entre outros.

É um fazer e um pensar a história juntos, unindo o conhecimento acadêmico aos anseios e a linguagem de nossos alunos, pensando e agindo dentro do tempo presente, com propostas atuais. Todas essas inovações nos leva a uma contínua reflexão sobre a prática, ou como coloca Rodrigo Ferreira "A reflexão crítica tende a refinar o trabalho do professor, beneficiando o público estudantil e qualificando o processo de ensino - aprendizagem" (FERREIRA, 2018, p. 35). Sendo assim, há inúmeras possibilidades para o ensino de história, ao mesmo tempo que teremos também vários desafios.

⁶ FERREIRA, Rodrigo de Almeida; PENNA, Fernando. *O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente a BNCC e ao ESP.* (mimeo).

⁷ Os dados estão em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública?* in.: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 49 - 58.

Um olhar para os temas de pesquisa apresentados⁸ pelos alunos do ProfHistória não deixa dúvidas que o lugar da história pública está bem delimitado. Assim como o aumento dos trabalhos e participações dos discentes do curso em congressos, seminários, ou seja, o Mestrado Profissional em Ensino de História está construindo a sua visibilidade e a sua própria história⁹.

5. Considerações finais

Este artigo foi uma tentativa de responder alguns questionamentos sobre história pública, fazendo uma relação com a prática docente e com o ProfHistória, aqui pude repensar também o meu projeto "*Um olhar para o ensino de história da África através do cinema: práticas do Ensino Fundamental I*". Por ser um trabalho voltado ao público infantil, que ainda está em processo de alfabetização, o trabalho vai muito além de uma história que nos ajude no entendimento do conceito de tempo e espaço, pois trabalha com as diferenças e semelhanças culturais, trabalha a oralidade, a ancestralidade e adentra outros campos de conhecimento.

O trabalho com o cinema não fica só na exibição, há a necessidade do debate, da análise das imagens e a possibilidade de produzir, em outras palavras de construir novas narrativas que revelem o entendimento dos alunos sobre o tema sugerido e também novas histórias. Uma possibilidade de fazer história entendida por diversos ângulos e com possibilidade de pensar questões eminentes do nosso presente, o que para os alunos do Ensino Fundamental I (3º ano do Ensino Fundamental - ciclo de alfabetização) se torna uma oportunidade de pensar a própria história, pois o personagem central dos filmes *Kiriku* é uma criança, o que ajuda a pensar que há a possibilidade desses alunos compreenderem que também são agentes da história.

⁸ Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública? in.: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 49 - 58.

⁹ O ProfHistória será tema do 30º Simpósio Nacional da ANPUH - 2019. " S.T. 145. ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História: resultados, potencialidades e desafios – 2ª Edição. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=290. Acesso em 04 de fev. 2019.

Ao trazer os filmes, o debate e a possibilidade de que os alunos construam suas narrativas, partindo de suas interpretações, de histórias e interpretando as imagens, analisando os temas recorrentes em filmes feitos sobre a África abrimos espaço para a pesquisa. Nesse sentido, além de educar o olhar, para que os alunos possam trabalhar com as imagens, os sons e os gêneros fílmicos como adentrar nesse universo cinematográfico, não só como um campo de pesquisa, no nosso caso histórica, mas também no campo da produção e para tanto é necessário "Esclarecer o jovem espectador sobre as principais etapas inerentes à realização de um filme faz parte da educação do olhar, especialmente para aqueles que estão iniciando o desenvolvimento de sua cultura cinematográfica." (FERREIRA, 2018, p.69). Essa educação do olhar deve ser não só do aluno, mas também do professor que deseja trabalhar com o cinema.

Vejo que a função da história pública está presente em nossas práticas, que apesar de ser recente, está inserida no contexto escolar e na prática do professor, pois há uma gama de conhecimento histórico que precisa dialogar, ou seja, "[...] aceitar que o outro tem algo a dizer pode ser importante para a sua compreensão das coisas." (FAGUNDES, 2017, p. 3022) e essa postura difere da postura acadêmica tradicional, fechada.

A história pública é um campo de possibilidades e que nos garante espaço e ao mesmo tempo mantém o rigor das pesquisas, mas não se fecha. Possibilitando que a história produzida na academia possa ser debatida em outros espaços, que crie novas possibilidades de divulgação.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *Seleção para o primeiro mestrado em história pública do país já tem data* (notícia). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/mestrado-historia-publica-2019/>. Publicado em: 23 jan. 2019.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. *O que é, como e por que História Pública? Algumas considerações sobre indefinições*. In: VIII Congresso Internacional de História - XXII Semana de História - UNESPAR: PR, 2017. p. 3018 - 3026. Anais (on-line). Disponível: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3426.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2019.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública? in.: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Quais as relações entre a história pública e o ensino de história? in.: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida; PENNA, Fernando. *O trabalho intelectual do professor de História e a construção da educação democrática: Práticas de história pública frente a BNCC e ao ESP.* (mimeo).
- FONTANA, Josep. *A história dos homens.* Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FRISCH, Michael. A História pública não é uma via de mão única. In.: ALMEIDA, Juniele de; MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo. (Orgs.) *História Pública no Brasil: itinerários e sentidos.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina.* São Paulo: Contexto, 2014.
- LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública: os públicos e seus passados. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.) *Introdução à história pública.* São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- MEIRELES, Cecília. *Poesias completas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286 - 309, jan./mar. 2018.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador? in.: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- SOARES, Fagno da Silva. *A História Pública no Brasil entre práticas e reflexões: a oficina historiográfica de Ricardo Santiago entre a história oral e a história pública.* *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 569-585, abr./jun. 2017. Entrevista disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3509>. Acesso em: 25 de jan. 2019.